



COMENTÁRIO

Análise Social, 257, LX (4.º), 2025, 2-8

<https://doi.org/10.31447/44074> | e44074

CRISTIANA BASTOS

“D” de descolonizar: comentário no âmbito dos 50 anos de Abril

Em cada um dos “três Dês” aqui abordados – Democratizar, Descolonizar, Desenvolver – estão contidas as expectativas abertas no 25 de Abril e o anseio pela conquista, ou reposição, da dignidade social, económica e política que a ditadura reprimira e impedira. Como se escrevia nas paredes e se cantava, para termos liberdade a sério tinha de haver “a Paz, o Pão, Habitação, Saúde, Educação”.¹ Tudo isso escasseava, tudo estava em atraso, tudourgia alcançar sem mais delongas; ferviam os ânimos, fora longa a espera, durara muito o silêncio e a alienação. Tudo tinha de acontecer e depressa; de que modo, logo se veria. Esse caminho fez-se caminhando e correndo, parando, retrocedendo, explorando, transformando, intervindo, legislando: criando novas realidades.

Permite-nos o cinquentenário do 25 de Abril revisitarmos esse momento de carências, urgências, improvisos e feitos; olhar para o antes, o durante e o depois dessa dinâmica revolucionária, reanalisar o contexto idiossincrático em que aconteceu. O momento foi seguido com atenção pelas grandes potências políticas e pelos mais intrépidos repórteres internacionais e nacionais (Tréfaut, 2025).² Das transformações nos campos e nas fábricas temos ampla documentação, como temos dos movimentos sociais urbanos, das campanhas de alfabetização, dos movimentos estudantis, da criação do SNS, dos caminhos para a

1 Sérgio Godinho, *À Queima Roupa*. Lisboa: PolyGram, 1974.

2 Sérgio Tréfaut, *Outro País*. SP Filmes, 1999. Veja-se também a exposição: *Venham Mais Cinco: O Olhar Estrangeiro sobre a Revolução Portuguesa (1974-1975)*, com grandes nomes da fotografia internacional, como Sebastião Salgado, Guy Le Querrec, Jean Gaumy, Fausto Giaccone, Alécio de Andrade, Henri Bureau, Jean-Claude Francolon, Dominique Issermann, Jean-Paul Miroglio, Paola Agosti, Uliano Lucas, Vojta Dukát; e as exposições dos fotógrafos portugueses de referência: Eduardo Gageiro *25 Abril. 25 Imagens. 50 Anos* e Alfredo Cunha *25 de Abril de 1974. Quinta-feira*.

democracia parlamentar, da conquista e exercício do voto.³ Temos documentação, temos análises, algum consenso sobre o alcançado nas frentes da democratização e desenvolvimento - mais liberdade, justiça social, saúde pública, educação, habitação, enfim, dignidade. Já sobre a descolonização, sugerem as intervenções de Aurora Almada e Santos, Ruy Llera Blanes e Sofia Aboim aqui incluídas que ainda há muito por fazer em termos de investigação e análise.

Contextualizemos o tema da descolonização retomando a primeira das palavras de ordem dos tempos revolucionários de 1974: a **Paz**. Não se tratava de uma abstrata paz social, tema aliás promovido pela ideologia corporativista do regime de Salazar; tão-pouco era uma referência à Guerra Fria ou à então longínqua hipótese de uma terceira guerra mundial. Pedia-se paz porque o país estava em guerra – e foi aliás do interior do aparelho militar que surgiu o movimento que desencadeou o processo revolucionário. O país estava em guerra, mas não se podia explicitá-lo: as tropas iam para África para “manobras de soberania” e para “combater terrorismo”. Oficialmente, não se podia falar em guerra colonial, ou sequer usar o termo “colónias” – tratava-se de “províncias ultramarinas” onde viviam cidadãos portugueses, numa fantasia de nação pluricontinental que ia do Minho, no noroeste ibérico, a Timor, nas ilhas do sueste asiático. Esse era o contexto ideológico-político vivido em Portugal, ofuscando as realidades e dinâmicas dos lugares onde decorriam os cenários de guerra – Guiné, Angola, Moçambique.

Também este contexto tem vindo a ser documentado e analisado nos últimos anos – caso a caso, situação a situação, apontando as complexidades e diversidades contidas na categoria de guerra colonial, ou de libertação, diversa nos seus diferentes cenários, períodos e intervenientes e descompactando esse processo intenso que foi a descolonização, com o fim da guerra, a mudança de soberania, a legitimação dos movimentos nacionalistas, a repatriação ou transferência de grande número de pessoas que viram reconfigurado o seu propósito e planos de vida assegurados na ordem anterior, as feridas abertas, as conquistas alcançadas, as propostas inviabilizadas, as novas guerras civis, as novas configurações políticas, as esperanças de equidade, as novas desigualdades, a memória, a nostalgia, a pós-memória (Ribeiro 2024 [2004]; Ribeiro e Ferreira 2003; Cardina, 2005; Peralta, 2022).⁴

3 As comemorações do cinquentenário do 25 de Abril de 1974 produziram um amplo conjunto de exposições e recursos documentais que estão à disposição em <https://50anos25abril.pt/>.

4 Veja-se ainda o importante documentário *A Guerra*, de Joaquim Furtado, e as obras de ficção narrativa de Dulce Maria Cardoso *O Retorno*, Lisboa, Tinta-da-china, 2011; e de Paulo Faria *Estranha Guerra de Uso Comum*, Lisboa, Ítaca, 2016; e *Gente Acenando para Alguém que Foge*, Lisboa, Minotauro, 2020.

Como documentam os artigos aqui incluídos, vários eram os movimentos de libertação envolvidos na luta anticolonial: Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), União das Populações de Angola (UPA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), para mencionar apenas os mais destacados. Partilhavam a luta pelas independências e pelo fim do colonialismo, mas tinham diferentes propostas políticas, modalidades de intervenção, de liderança, de alinhamento internacional. Coexistiam com outras dinâmicas sociais e políticas entre si contraditórias – as bolhas protegidas de colonos recentes ou descendentes e suas diferentes lealdades políticas, o seu desejo de manutenção do *statu quo* ou aspiração à mudança; as comunidades marginalizadas e reprimidas; as camadas intermédias geradas nas dinâmicas económicas e políticas coloniais; os grupos refratários, resistentes, revolucionários, contra-revolucionários; as ideologias divisionistas e agregacionistas; o peso de religiões universalistas e de tradições de recorte etno-linguístico e cultural; o quadro geral da Guerra Fria, do conflito sino-soviético, as propostas de não alinhamento pós-Bandung e as dinâmicas de independência em curso por quase todo o continente africano, lado a lado com os regimes de *apartheid*. Atrás da polarização clara da luta anticolonial havia um largo espectro de potenciais tensões que não se extinguiram com a transição política – pelo que se impõe, como aponta Blanes, passar da predominante narrativa “limpa” da descolonização e independência e trabalhar o muito que há por fazer no conhecimento desse período, agora de cinquenta anos, em que reemergem outros conflitos e divergências e se fragiliza a paz.

Aurora Almada e Santos, Ruy Llera Blanes e Sofia Aboim oferecem-nos três visões complementares em que reveem a literatura sobre descolonização e mapeiam alguns caminhos para mais pesquisa. Aurora Almada e Santos demonstra que, salvo algumas exceções, a literatura analítica sobre a descolonização portuguesa só emerge e se expande a partir de 2000, e que nela predomina uma visão “minimalista” focada na transferência da soberania política, usando como balizas cronológicas um momento inicial que corresponde às ações da UPA em Angola em 1961 e um momento final nas independências africanas, em 1975, ou, eventualmente, prolongando-o até 2002, ano da independência de Timor-Leste. Às limitações desta visão – seja ela centrada nas dinâmicas portuguesas ou nas dos movimentos de libertação –, a autora propõe uma perspetiva maximalista, comparativa, transnacional, e inclusiva das dimensões que vão além dos factos políticos e suas cronologias localizadas, ampliando-as para o pós-II Guerra Mundial e dando conta dos processos em curso e experiências vivenciadas nos países independentes no período

pós-descolonização. É precisamente essa a atenção de Ruy Llera Blanes no artigo “Descolonizar a descolonização”, em que escuta os argumentos provenientes das sociedades civis de Angola e Moçambique, analisa as contestações pós-eleitorais em ambos os países, e discute em pormenor as dimensões teóricas que assim se geram. Em convergência com Almada e Santos, o autor propõe uma ampliação da análise, de modo a incluir dinâmicas internacionais conectadas e as produções culturais geradas pelos movimentos sociais e pelas percepções coletivas da descolonização. Sofia Aboim leva ainda mais longe a análise maximalista ao contextualizar o legado colonial em três pontos — a persistência da violência racializada, o uso hegemónico do luso-tropicalismo enquanto tecnologia sensorial, e as contra-estéticas anti-racistas que o confrontaram. Com uma lúcida análise das aflorações daquela violência no quotidiano imediato da sociedade portuguesa, a autora aborda os processos de negação, e também os de confronto, que se manifestam em intervenções artísticas, pesquisas académicas, ativismo, proporcionando-nos simultaneamente uma revisão ampla da literatura crítica nacional e internacional e uma breve incursão às dimensões sensoriais do legado colonial. E remata observando que descolonizar é uma tarefa simultaneamente analítica, metodológica e política.



Estes três textos abrem para todo um programa de mais pesquisa sobre o tema da descolonização, sugerindo importantes eixos, entre os quais: inserir a análise no contexto internacional; elaborar obras de síntese; estudar as dinâmicas políticas e as experiências vividas nas diferentes sociedades em pós-independência, numa cronologia que já vai em cinco décadas; articular os legados do racismo, as ideologias/práticas/tecnologias sensoriais negacionistas e os movimentos anti-racistas.

Ouso sugerir ainda mais alguns pontos: para além de dar atenção à diversidade de cada uma das situações políticas geradas no contexto colonial e reconfigurada nas nações de língua oficial portuguesa, e para além de procurar a espessura das experiências que a literatura de ficção tem conseguido com mais eficácia que as ciências sociais,⁵ urge também rever as cronologias estabelecidas que ofuscam as descontinuidades e diversidades, mapear e conhecer as experiências e trajetórias dos múltiplos atores sociais intervenientes nesses diferentes períodos sem os compactar em categorias *a priori* de “africano”

5 Entre os autores que abordam a situação colonial – com ou sem referência explícita à guerra – note-se, entre outros, Pepetela, Luandino Vieira, José Eduardo Agualusa, António Lobo Antunes, Paulina Chiziane, Isabela Figueiredo, Paulo Faria, e mais.

ou “europeu”, sem os recortar em etnicidades e grupos linguísticos, e abordar a complexidade dos momentos conjugados de violência, de colaborações, de sobreposições e de criação de novas dinâmicas. Urge olhar para o espelho do Atlântico, para o mundo da economia de plantação criado nas Américas e Caraíbas e gerador não apenas do infame tráfico em massa de escravizados como do racismo naturalizado que se consolidou, fixou e naturalizou em pseudo-ciência – a qual, mesmo que demitida há muito, sobrevive enquanto ideologia e violência perpetrada nas arbitrariedades quotidianas (Alencastro, 2000).⁶ Urge pensar na África pós-Conferência de Berlim, cujos mapas de captura de espaços, recursos e populações para a influência política de nações europeias concorrentes entre si condicionaram, até hoje, o recorte das nações e Estados africanos, não tanto como efeito de um projeto de séculos territorialmente enraizado, mas antes como um segundo momento da economia mundial de plantação, agora sem a necessidade da captura e tráfico transatlântico, estabelecido já o vil legado dessa economia sob a forma de hierarquia racista codificada em leis de separação e opressão que, distinguindo cidadãos e indígenas, permitiam capturar trabalho e assim se mantiveram até à década de 1960 (Penvenne, 1995; Jerónimo, 2010; Monteiro, 2018). Impõe-se, portanto, também dar conta dessa complexidade de descontinuidades, sobreposições, coexistências e sinergias, lucrativas para uns, fatais para outros; auscultar como persistem em memória, nostalgia, ressentimento, pós-memória, sentimentos e cognições de uns e de outros; compreender como a longa duração se projeta no presente e condiciona os futuros – para ultrapassar as incompletudes apontadas no estudo das descolonizações.

6 Veja-se também <https://colour.ics.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2020/06/Bastos-A-Labor-Place-and-Race-Manifesto.pdf>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, L. F. (2000), *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVI*, São Paulo, Companhia das Letras.
- JERÓNIMO, M. B. (2010), *Livros Brancos, Almas Negras. A “Missão Civilizadora” do Colonialismo Português (c. 1870-1930)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- RIBEIRO, M. C. (2024 [2004]), *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Afrontamento.
- RIBEIRO, M. C., e FERREIRA, A. P. (2003) (eds.), *Fantasma e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*, Porto, Campo das Letras.
- CARDINA, M. (2005) (ed.), *A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação: Memória, Política e Usos do Passado*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MONTEIRO, J. P. (2018), *Portugal e a Questão do Trabalho Forçado: um Império sob Escrutínio (1944-1962)*, Lisboa, Edições 70.
- PENVENNE, J. (1995), *African Workers and Colonial Racism: Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*, Johannesburg, Witwatersrand University Press.
- PERALTA, E. (2022) (ed.), *The Returnees From Portuguese Colonies in Africa: Narrative, Memory, and History*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- TRÉFAUT, S. (ed.) (2025), *Venham Mais Cinco: O Olhar Estrangeiro sobre a Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, Tinta-da-china.

Recebido a 12-08-2025. Aceite para publicação a 25-09-2025.

BASTOS, C. (2025), *Comentário “D’ de descolonizar: comentário no âmbito dos 50 anos de Abril”*. *Análise Social*, 257, LX (4.º), e44074. <https://doi.org/10.31447/44074>.

Cristiana Bastos » cristiana.bastos@ics.ulisboa.pt » Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Avenida Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-5387-4770>.
